

EDTE - Empresa
Diamantina de
Transmissão de
Energia S.A.

**Demonstrações
contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018**
Com relatório dos Auditores
Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL.



Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Ativo Imobilizado**

Nota Explicativa n.º 3 e n.º 5 às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial na rubrica ativo imobilizado o montante de R\$ 29.328 mil relativo aos seus ativos de transmissão. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado da atividade e consequentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado. Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, em base amostral, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Obtivemos ainda a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos bens do ativo imobilizado, e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



Outros assuntos

A EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma



perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.2	324.107	77
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		77	2
Outros tributos compensáveis		20	2
Outros Ativos Circulantes		1	-
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Imobilizado	4.1	29.328	8.222
Intangível	4.2	19	-
Total do Ativo		<u>353.552</u>	<u>8.303</u>
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		11.220	18
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		(988)	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas		179	-
Tributos		105	84
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Debêntures	5.1	305.415	-
Total do Passivo		<u>315.931</u>	<u>102</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	6.1	37.621	8.201
Total do Patrimônio Líquido		<u>37.621</u>	<u>8.201</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>353.552</u>	<u>8.303</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EDTE - Empresa Diamantina de Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016 (não auditado)	100	-	-	100
Aumento de Capital Social	8.101	-	-	8.101
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	37	(37)	-
Reserva para Investimentos	-	(37)	37	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	8.201	-	-	8.201
Aumento de Capital Social	29.420	-	-	29.420
Reserva de Reinvestimento	-	(124)	124	-
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	124	(124)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	37.621	-	-	37.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Redução (Aumento) de Ativos			
Imposto de Renda e Contribuição Social		(93)	(4)
		<u>(93)</u>	<u>(4)</u>
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores Setoriais		11.202	(445)
Salários e Encargos Sociais		179	-
Tributos e Contribuição Social		20	83
		<u>11.401</u>	<u>(362)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		<u>11.308</u>	<u>(366)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado	4.1	(21.106)	(3.114)
Intangível	4.2	(19)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		<u>(21.125)</u>	<u>(3.114)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		315.000	-
Integralização de Capital		29.420	8.101
Captações de mútuos e debêntures		(10.573)	3.252
Amortização e pagamento de juros de mútuo e debêntures		-	(7.892)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		<u>333.847</u>	<u>3.461</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>324.030</u>	<u>(19)</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		77	96
No fim do exercício		<u>324.107</u>	<u>77</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

A Companhia encontra-se em fase de implantação, e a entrada em operação está prevista para dezembro de 2019.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 8, para melhor entendimento do leitor.

3 Sumário das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas 13 a 16, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados em “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.
- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** A Companhia classifica fornecedores como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL. A Companhia ainda não iniciou sua operação comercial. O investimento previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) é de R\$ 367.948, com uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 59.590.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Imobilizado

4.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	8.222	21.106	-	-	29.328	21.106	29.328	8.222
Outros	8.222	21.106	-	-	29.328	21.106	29.328	8.222
Total do Ativo Imobilizado	8.222	21.106	-	-	29.328	21.106	29.328	8.222

4.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Curso								
Transmissão	-	19	-	-	19	19	19	-
Softwares	-	19	-	-	19	19	19	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	-	19	-	-	19	19	19	-

4.3 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Móveis e Utensílios	1	-	-	-	1
A Ratear	19	5.355	694	725	6.793
Desenvolvimento de Projetos	1.297	-	-	-	1.297
Adiantamentos a Fornecedores	12.986	-	-	-	12.986
Depósitos Judiciais	29	-	-	-	29
Total das Adições	14.332	5.355	694	725	21.106

4.4 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n°. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n°. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5 Empréstimos e Financiamentos

5.1 Abertura do Endividamento - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
																	2020	2021	2022	2023	2024	2024+	Total
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	243	(1.231)	305.415	304.427												(1.239)	(1.253)	(1.268)	6.609	33.413	269.153	305.415
2.1	2ª Emissão	243	(1.231)	305.415	304.427	Sim	dez-18	Não há	IPCA	0,50%	15/06/19	Semestral	15/06/23	15/12/28	Semestral	SAC	(1.239)	(1.253)	(1.268)	6.609	33.413	269.153	305.415
8	Total por Dívida	243	(1.231)	305.415	304.427												(1.239)	(1.253)	(1.268)	6.609	33.413	269.153	305.415
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	243	(1.231)	305.415	304.427												(1.239)	(1.253)	(1.268)	6.609	33.413	269.153	305.415

A cláusula restritiva das debêntures da Companhia atualizada pelo IGPM, está relacionada à dívida líquida no limite e em 31 de dezembro de 2018 atualizada pelo IGPM está no limite de R\$ 721.216.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2018, todas as obrigações especificadas no contrato foram cumpridas.

5.2 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	324.107	324.107
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	324.107	324.107
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	576	576
9.1.4	Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	323.531	323.531

5.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
(+) Dívida Bruta	243	(1.231)	305.415	304.427	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	243	(1.231)	305.415	304.427	-
(-) Ativos Financeiros	-	(324.107)	-	(324.107)	(77)
Alta Liquidez	-	(324.107)	-	(324.107)	(77)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida I	243	(325.338)	305.415	(19.680)	(77)
(+) Dívida Líquida II	243	(325.338)	305.415	(19.680)	(77)

6 Patrimônio Líquido

6.1 Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 37.620.831,35, representado por 1.218.126 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	610.282	50,10	610.282	50,10
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	303.922	24,95	303.922	24,95
Apollo 12 Participações S.A	303.922	24,95	303.922	24,95
	1.218.126	100,00	1.218.126	100,00

6.2 Reservas de lucros

	31/12/2018
Reservas de lucros	
Reserva legal	160
Outras	(160)
	-

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Outras: Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

7 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

8 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Notas	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
<u>Ativo Circulante</u>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.1	324.107	-	324.107	77	-	77
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		77	-	77	2	-	2
Outros tributos compensáveis		20	-	20	2	-	2
Outros Ativos Circulantes		1	-	1	-	-	-
<u>Ativo Não Circulante</u>							
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	-	-	-	9.336	9.336
Contas a Receber Ativo Contratual		-	39.377	39.377	-	-	-
Imobilizado	4.1	29.328	(29.328)	-	8.222	(8.222)	-
Intangível	4.2	19	(19)	-	-	-	-
Total do Ativo		353.552	10.030	363.582	8.303	1.114	9.417

Passivo

Passivo Circulante

Fornecedores	11.220	-	11.220	18	-	18
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(988)	-	(988)	-	-	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	179	-	179	-	-	-
Tributos	105	-	105	84	-	84

Passivo Não Circulante

Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	305.415	-	305.415	-	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	3.642	3.642	-	-	-
Tributos Diferidos	-	1.392	1.392	-	379	379
Encargos regulatórios diferidos	-	1.181	1.181	-	-	-

Total do Passivo

315.931	6.215	322.146	102	379	481
----------------	--------------	----------------	------------	------------	------------

Patrimônio Líquido

Capital Social	6.1	37.621	-	37.621	8.201	-	8.201
Reservas de Lucros	6.2	-	3.815	3.815	-	735	735

Total do Patrimônio Líquido

37.621	3.815	41.436	8.201	735	8.936
---------------	--------------	---------------	--------------	------------	--------------

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido

353.552	10.030	363.582	8.303	1.114	9.417
----------------	---------------	----------------	--------------	--------------	--------------

EDTE – Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2018

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	28.345	28.345	-	3.465	3.465
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	-	-	-	1.114	1.114
Tributos						
PIS-PASEP	-	(468)	(468)	-	-	-
Cofins	-	(2.154)	(2.154)	-	-	-
Encargos - Parcela "A"						
Reserva Global de Reversão - RGR	-	(737)	(737)	-	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-	(113)	(113)	-	-	-
Receita Líquida / Ingresso Líquido	-	24.873	24.873	-	4.579	4.579
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Custo de Implantação de Infraestrutura	-	(21.125)	(21.125)	-	(3.465)	(3.465)
Resultado da Atividade	-	3.748	3.748	-	1.114	1.114
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro						
	-	3.748	3.748	-	1.114	1.114
Despesa com Impostos sobre o Lucro	-	(1.274)	(1.274)	-	(379)	(379)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	-	2.474	2.474	-	735	735
Resultado Líquido do Exercício						
Acionistas Controladores	-	2.474	2.474	-	735	735
Lucro Por Ação						
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	-		0,002031	-		0,000603
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	-		0,002031	-		0,000603
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade						
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	-		0,002031	-		0,000603
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	-		0,002031	-		0,000603

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

8.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser

alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Contas a receber de clientes

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Contas a receber ativo contratual

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que é 6,59% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Contas a receber ativo contratual”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

8.1.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) em 2018 (ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão em 2017), e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

8.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	41.436	8.936
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(1.114)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(10.030)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	6.215	379
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	37.621	8.201

8.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	2.474	735
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(3.748)	(1.114)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	1.274	379
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	-	-